

Ulysses apurará lobby dos EUA

ARQUIVO

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, informou, ontem, ao líder do PDS na Assembleia, deputado Amaral Netto, que ordenou, por escrito, a abertura de inquérito sobre denúncia do deputado Luis Salomão (PDT-RJ), de envolvimento de parlamentares brasileiros com grupos internacionais, para impedir a aprovação de uma Constituição progressista.



Amaral, que foi citado nominalmente como um dos comprometidos, solicitou, logo que isso ocorreu, há quase dois meses, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre o assunto.

Seu pedido foi encaminhado ao vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides, do PMDB do Ceará, que até agora não o apreciou.

Há tempos, Salomão voltou a tratar do assunto, lendo, no plenário da Constituinte, parte de reportagem subscrita por dois jornalistas mexicanos, na revista "Executiva Intelligence Review" (EIR), com alusões ao nome de Amaral e mais dos constituintes Delfim Netto, Roberto Campos, Afif Domingos e outros. Tal reportagem, no entanto, baseava-se em publicação feita por outro jornal brasileiro, da qual não constava o nome de Amaral Netto. Em consequência da denúncia, afinal não comprovada, no caso do líder do PDS, Amaral e Salomão — o deputado Afif Domingos resolveu processar a "EIR" — quase houve um entrevero entre ambos, no plenário da Constituinte.

Ordem expressa

Ontem, o líder pedessista insistiu junto a Ulysses, no sentido da abertura de inquérito sobre a questão, dizendo que "o episódio, infelizmente, poderia gerar graves acontecimentos na Constituinte, se não fosse apurado em profundidade".

Diante do pedido, Ulysses garantiu que deixaria ordens expressas, escritas, para que o senador Benevides tomasse as providências cabíveis, o quanto antes.

"Se nada for feito até a reabertura da Câmara, no próximo dia 3 de agosto — declarou Amaral — irei à tribuna, a fim de denunciar a omissão do comando da Constituinte, "que não diligencia em favor da apuração de supostas irregularidades atribuídas aos constituintes".

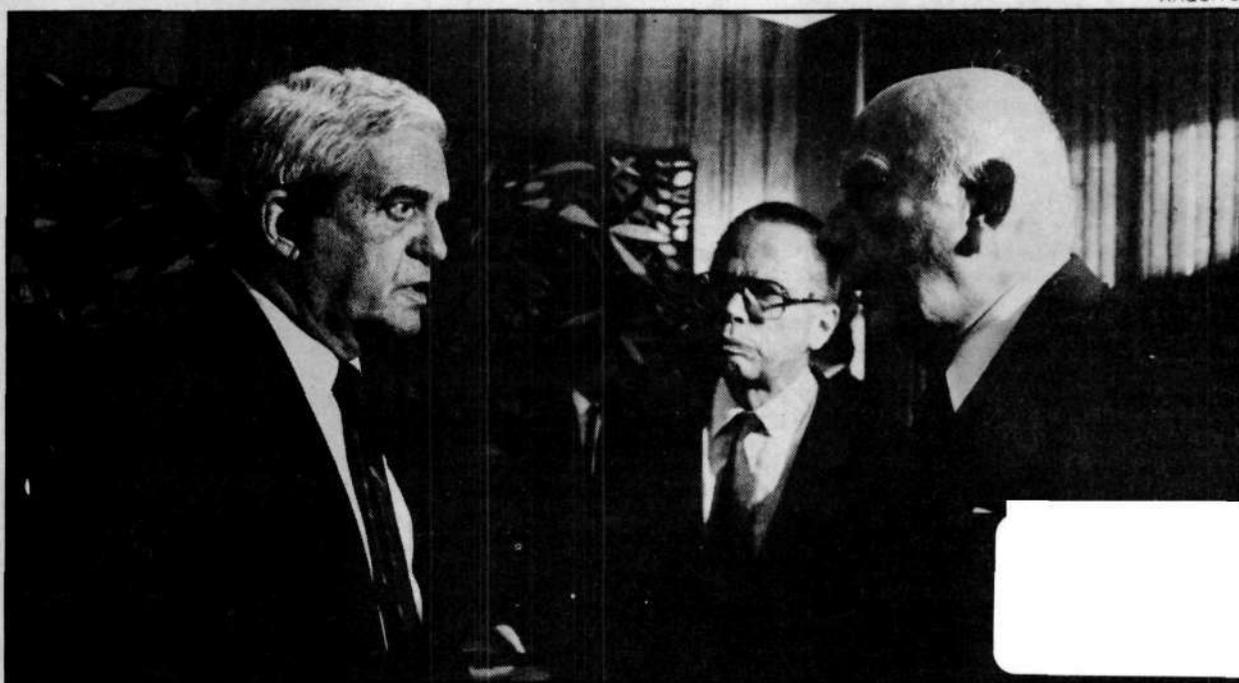
Presidente do TST é contra 40h semanais

Salvador — «Uma audácia semi-irresponsável (SIC) de pressões ideológicas inteiramente desorientadas». É como o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Marcelo Pimentel, qualifica algumas propostas apresentadas na Constituinte, a exemplo das 40 horas semanais de trabalho, estabilidade no emprego após 90 dias e férias em dobro.

«Os países muito desenvolvidos foram obrigados a adotar as 40 horas, que provocou uma produção excessiva sem mercado. Se o Brasil, no seu atual estágio de desenvolvimento, cometer essa ridícula tolice da jornada de 40 horas, com a tecnologia obsoleta de que dispõe, estaria fora do mercado vendedor, em face do alto preço que teria sua produção e não conseguiria adquirir divisas» disse.

O presidente do TST acredita que as 40 horas de trabalho semanais — ou até menos — seriam uma conquista a ser «adquirida através de negociações em áreas onde exista viabilidade». Para ele, não seria o caso, por exemplo da indústria automobilística, «de onde se tentou tirar tudo e que está caminhando para um colapso definitivo, podendo, em breve, não ser rentável nem com uma jornada de 50 horas».

Na opinião do ministro Marcelo Pimentel, os constituintes que estão defendendo essas proposições dão a impressão de que querem o Estado como único empregador. «Na verdade, o Estado é que pode administrar prejuízos», assinala, advertindo os empregados para que não se deixem iludir «com tantas promessas irresponsáveis, porque, no fundo, o que não haveria mais seria o emprego».



Ulysses (D) disse a Amaral (E) que já mandou apurar denúncia contra lobby norte-americano

Cabral acatará os substitutivos dos grupos partidários

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, disse ontem que vai acatar todas as sugestões de substitutivo ao Projeto de Constituição trazidas das lideranças Partidárias e de grupos formados dentro da Constituinte em busca de um texto negociado. Segundo o relator, o substitutivo que pretende apresentar no dia 24 de agosto não refletirá suas posições pessoais, mas as posições que lhe chegaram como da maioria ou do consenso.

Assim, considera benvinda qualquer sugestão de substitutivo oriunda de grupos representativos e elogiou a recente reunião entre o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel, na busca de um texto que represente o pensamento da Aliança Democrática.

Mesmo em questões polêmicas como a anistia, a reforma agrária, o sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney, que o relator considera inegociáveis, ele está disposto a colocar em seu substitutivo o reflexo da maioria, e deixar a decisão final ao plenário: "Se em relação ao mandato do presidente Sarney, por exemplo, o placar entre os grupos estiver seis contra cinco em defesa dos seis anos, a minha posição é colocar os seis anos e deixar a decisão final a critério do plenário".

Cabral está tão interessado em apresentar um texto o mais próximo do consenso que ainda não formou o grupo de auxiliares para o ajudar na feitura do substitutivo e disse estar aberto as sugestões das lideranças partidárias: "O ideal seria que eu recebesse uma indicação de cada grupo para formar a minha equipe de constituintes auxiliares". Segundo ele, o seu parecer será tirado de quatro fontes fundamentais: das emendas de plenário, das emendas populares e das sugestões dos grupos e das lideranças partidárias".

Assim, considera benvinda qualquer sugestão de substitutivo oriunda de grupos representativos e elogiou a recente reunião entre o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel, na busca de um texto que represente o pensamento da Aliança Democrática. Mesmo em questões polêmicas como a anistia, a reforma agrária, o sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney, que o relator considera inegociáveis, ele está disposto a colocar em seu substitutivo o reflexo da maioria, e deixar a decisão final ao plenário: "Se em relação ao mandato do presidente Sarney, por exemplo, o placar entre os grupos estiver seis contra cinco em defesa dos seis anos, a minha posição é colocar os seis anos e deixar a decisão final a critério do plenário".

Calendário tem novas datas

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, anunciou ontem em plenário uma alteração no calendário da Comissão de Sistematização e no processo de apreciação pelos constituintes, do substitutivo ao Projeto de Constituição do relator, deputado Bernardo Cabral. A mudança mais importante é a que permite emendas ao substitutivo de Cabral nos primeiros cinco dias de sua apresentação. A segunda alteração é a que dá ao relator o direito de apresentar um segundo parecer sobre estas emendas. Na prática isto significa um segundo substitutivo, o definitivo, que irá primeiro à Sistematização para ser votado e só então é encaminhado ao plenário da Constituinte.

«Na verdade o que aconteceu foi que eu abri mão de cinco dias do prazo inicial de 25 dias que tinha para apresentação do substitutivo e os constituintes, ao invés de dois dias, passaram a ter cinco dias

Câmara altera resolução e deve legislar

A Mesa da Câmara, dos Deputados, em reunião realizada ontem, decidiu alterar resolução anterior que proibia a apresentação de projetos de lei de iniciativa parlamentar, durante os trabalhos constituintes. Agora, a Câmara realizará tantas sessões quanto forem necessárias, para examinar projetos de lei, desde que tenham o apoio da maioria dos deputados e que tratem de matérias de relevância para o País.

O objetivo da medida, segundo explicou o vice-presidente, deputado Homero Santos, é o de «incentivar» os constituintes a permanecerem em Brasília, nesta fase de discussões na Constituinte. Até o dia 13 de agosto, segundo lembrou Homero Santos, os trabalhos constituintes estão «em baixa» e muitos se queixam de não ter o que fazer na Câmara.

para emendar o texto. A novidade é que essas emendas podem mexer no mérito do meu substitutivo, onde ele inovar em relação ao Projeto de Constituição ora em discussão, o que me dá direito a um segundo parecer sobre estas emendas», explica Cabral.

Novas datas

A partir destas alterações, é o seguinte o calendário da Comissão de Sistematização: no dia 13 de agosto encerram-se os prazos para emendas de plenário e populares; de 14 a 23/8 o relator prepara o seu substitutivo com parecer sobre as emendas; no dia 24/8 ele apresenta o substitutivo; de 25 a 30/8 abre-se o prazo para emendas de mérito; de 31/8 a 7/9 o relator elabora o seu segundo parecer; os dias 8 e 9 ficam reservados para a publicação dos avulsos; de 10 a 17/9 o substitutivo é votado na Comissão de Sistematização e volta à Mesa da Constituinte para ser colocado na Ordem do Dia do plenário.

Prefeitos de SP querem a reeleição

Prefeitos da grande São Paulo, que reúne 37 municípios, vão entregar hoje ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, documento em que pedem a inclusão, na futura Carta, de dispositivo que permita a reeleição de prefeitos, governadores e do Presidente da República. O mesmo pedido será encaminhado ao líder do Governo na Constituinte, senador Mário Covas, com quem se reunirão às 16h00, uma hora e meia antes do encontro, com Ulysses Guimarães.

O movimento é liderado pelo prefeito de Embu-Guaçu, Antônio Carlos Cravo Roxo, que tem uma outra pretensão, a ser postulada em lei ordinária: o pagamento de royalties e Embu-Guaçu pela água que boa parte dos paulistanos bebe, especialmente na Zona Sul da capital.

Sessões por tema iniciam terça-feira

A Mesa da Constituinte divulgou ontem um calendário para as sessões extraordinárias que vão se realizar a partir do dia 4 de agosto, na próxima terça-feira. As sessões serão realizadas à noite — das 18h45 às 23h45 — três vezes por semana para discutir exclusivamente temas constitucionais.

A proposta inicial, feita pelo deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ) era que as sessões fossem realizadas de manhã. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no entanto, se colocou contra, pois assim não daria para todos os partidos terem espaço.

Assim, por deliberação da Mesa, o PMDB, o partido de maior representação poderá inscrever três oradores, o PFL, dois e os demais dez partidos com representação na Constituinte só poderão inscrever um orador por sessão. As indicações dos oradores serão feitas pelas lideranças, não haverá breves comunicações e comunicações de lideranças, e o tempo de cada orador — 20 minutos — é indivisível.

As sessões serão divididas por temas. No dia 4 será discutido o regime de Governo — Presidencialismo (ou Parlamentarismo); dia 5, Estados, União e Municípios; dia 6, Reforma Agrária; dia 11, Economia, Propriedade e Estatuto de Empresa Nacional e Estrangeira; dia 12, Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical; dia 13, Educação; dia 18, sistema eleitoral e voto distrital; dia 19, Reforma Urbana e dia 20, Saúde e Previdência Social.

Verbas faltarão

Após estudar o anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, o senador Lourenberg Nunes Rocha (PMDB-MT), concluiu que a União não terá cobertura suficiente para todos os seus encargos se todos os cortes previstos na Receita Federal foram aplicados.

Despesa postal

O deputado Vasco Alves (PMDB-ES) está denunciando a falta de interesse da direção da Câmara dos Deputados em promover debates populares sobre a Constituinte. Há um mês o diretor-geral da Casa, Ademar Sabino, recusou o pedido feito pelo constituinte para arcar com as despesas postais de 130 mil cartas convocando reuniões com entidades de classe do Espírito Santo.

Três emendas

Três emendas populares, subscritas por Mitra Arqueiepiscopal do Rio de Janeiro, Caritas e Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro foram entregues ontem a Comissão de Sistematização. A primeira emenda dispõe sobre o direito a educação e a sua garantia pelo poder público.

A segunda emenda, dispõe contra o aborto e contra o reconhecimento da família constituída através de ligações que não sejam o matrimônio.

E a terceira emenda, sobre o direito dos trabalhadores, e o direito a moradia, dispõe que todo o trabalhador perceberá salário condizente com suas necessidades, e reconhece o usucapão urbano após dois anos de uso.